GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO N.º 187/2011

DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DATA: 27/09/2011

Autorizo o pleiteado pelo senhor Secretário Municipal de Obras e Planejamento Urbano, dentro do valor informado no processo sob n.º 187/2011.

 Encaminhe-se o presente processo para o Departamento de Licitações para indicação da modalidade e providências referentes à elaboração das minutas e trâmite processual necessário.

## **EDUARDO ANTONIO DALMORA**

Prefeito de Matinhos

PROCESSO N.º 187/2011

DE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

DATA: 27/09/2011

 Conforme determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, entendemos que a contratação solicitada deva ser promovida na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Desta forma, elaboramos as respectivas minutas.

Através deste, encaminho a Vossa Senhoria minuta do edital de licitação, modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO e respectiva minuta de contrato, conforme art. 25, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 para os fins previstos no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Atenciosamente

**Franciele da Silva**

Diretora do Departamento de Licitações

**RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º \_\_\_\_/2011 - PMM**

O Prefeito Municipal de Matinhos torna pública a RATIFICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO da Inexigibilidade de Licitação n.º \_\_\_/2011 – PMM, que prevê a **AQUISIÇAO AGENTE ANTIPÓ - EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM FRAÇÕES DE ÓLEO DE XISTO**, em favor da **ICOMCEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 05.738.565/0004-37, no valor de **R$7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais)**, com base no Art. 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Assessoria Jurídica do Município.

Matinhos, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2011.

## **EDUARDO ANTONIO DALMORA**

Prefeito de Matinhos

**CONTRATO N.º \_\_\_/ 2011 – PMM**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º \_\_\_/2011 – PMM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 187/2011**

**CONTRATO PARA AQUISIÇAO AGENTE ANTIPÓ - EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM FRAÇÕES DE ÓLEO DE XISTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA ICOMCEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE MATINHOS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, n.º 22, inscrito no CNPJ N.º 76.017.466/0001-61, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Exmo Prefeito Municipal Sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.326.821-5 PR e do CPF sob n.º 337.613.459-68, e a **ICOMCEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N.º 05.738.565/0004-37, com sede a Rua Visconde de Nacar, n.º 1155, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua Procuradora a Sra. Paula Bordin Cavalcante, portadora da CI-RG. sob nº 6.183.374-9 – PR, e do CPF nº 044.391.279-32, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇAO DE AGENTE ANTIPÓ - EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM FRAÇÕES DE ÓLEO DE XISTO**, para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano, conforme especificado abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QTD.** | **UNID.** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIT** | **TOTAL** |
| 1 | 4.000 | kg | Agente de antipó - Emulsão asfáltica formulada com frações de óleo de xisto. | 1,99 |  7.960,00 |
|  |  |  |  | **TOTAL** | **R$ 7.960,00**  |

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após a data do protocolo de entrega daNota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

**Parágrafo Primeiro**

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, e deverá ser emitida Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS**

O pagamento será efetuado com recursos próprios do Município, com a seguinte Dotação Orçamentária:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

11.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

1545104522028000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

33.90.30– MATERIAL DE CONSUMO RED.- 1284- FONTE DO RECURSO-03511

33.90.30– MATERIAL DE CONSUMO RED.- 599- FONTE DO RECURSO-01512

33.90.30– MATERIAL DE CONSUMO RED.- 580- FONTE DO RECURSO-01000

 RESERVA DE SALDO Nº 332

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

O contratante pagará a **CONTRATADA** o valor total de **R$7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais)**, daqui por diante denominado “**VALOR CONTRATUAL**”.

**CLAUSULA SEXTA - DA ENTREGA**

Obriga-se a **CONTRATADA** a efetuar a execução do serviço em até 48 (quarenta e oito) horas após a formalização do contrato.

Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) bem (ns) não atenda(m) às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o **CONTRATANTE** rejeitá-lo, obrigando-se a **CONTRATADA** a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Não ocorrendo a substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, é facultado à **CONTRANTE** rescindir o contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** toda e qualquer garantia em relação ao produto, objeto do contrato, no que tange às especificações técnicas.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO**

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/1993 em sua atual redação, combinado ao Título IV – Capítulo I da Lei Estadual 15.608/2007, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

**Parágrafo Primeiro**

Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do *“caput”* desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

**Parágrafo Segundo**

Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

I - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II - Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III- Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA.**

**Parágrafo Terceiro**

A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

**Parágrafo Quarto**

Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato é regido pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/01, Lei Complementar Federal n.º 101/00, Lei Estadual 15.608/2007, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação, referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO**

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA** que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 03 (três) vias em igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Matinhos, \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_de 2011.

**MUNICÍPIO DE MATINHOS**

Eduardo Antônio Dalmora

CPF n.º 337.613.459-68

Prefeito Municipal

Contratante

**ICOMCEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**,

Paula Bordin Cavalcante

CPF Nº. 044.391.279-32

Representante Legal

Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG: RG: